

Acordo da dívida externa estará pronto em 10 dias

São Paulo — O contrato da dívida externa entre o Brasil e os bancos credores privados estará pronto em 10 dias e deverá ser enviado para votação do Senado Federal em outubro. A assinatura final do acordo, porém, deverá ser feita apenas no segundo trimestre de 1993, pois o contrato em negociação entre o governo brasileiro e o comitê de credores, em Nova Iorque, prevê no texto um prazo até junho do ano que vem para o desfecho da troca de títulos da dívida velha por novos bônus que alongam o prazo para trinta anos. “Por essa razão, a crise política não afeta as negociações”, disse Paulo Malan, negociador oficial do Governo da dívida externa junto ao comitê de credores. “Estamos dentro do cronograma previsto de negociações e não há nada que afete a finalização dos termos do acordo para apresentação ao Senado”.

Malan participou ontem de seminário sobre custos e benefícios da dívida, organizado pela Associação Brasileira dos Bancos Internacionais (ABBI). Hoje, estará em Brasília para uma audiência com o ministro da Economia, Márcilio Marques Moreira, durante a qual irão definir os termos de abordagem à comunidade financeira internacional durante a assembléia anual do Fundo Monetário Internacional (FMI), a partir do dia 21, em Washington. Durante essa reunião, Márcilio deverá avançar no sentido de conseguir renegociar as metas do segundo semestre com o FMI, de modo a garantir a liberação de recursos prometida pela instituição ao Brasil.

“Não sei ainda o que vamos falar, pois só vou conversar com o ministro amanhã (hoje)”, disse Malan. A crise política, concordou Alcides Amaral, vice-presidente do Citibank, não afeta o andamento da negociação da dívida externa pelo Brasil. Segundo ele, assim que o Senado Federal votar os termos do acordo, o contrato passa a ser um compromisso de um país e não de um determinado governo. Todos os participantes do seminário concordaram que o fator mais importante para a assinatura final do acordo, no

AE



Malan disse que a crise política não afeta a negociação com os credores

ano que vem, não será exatamente a crise política atual, que tem horizonte curto para sua solução.

Pedro Malan citou inclusive os exemplos de México, Argentina e Chile, que realizaram bem sucedidos acordos com os bancos privados. “Esses países conseguiram equacionar o problema da dívida porque antes resolveram o ajuste de suas finanças públicas”, lembrou. “Será preciso algum tipo de reforma fiscal”, acrescentou Alcides Amaral. “O ministro das Finanças mexicano afirmou com propriedade que um acordo de dívida externa não substitui um ajuste econômico interno”. A discussão maior foi, portanto, as reais condições de o Brasil poder cumprir o acordo que está sendo trabalhado no momento. O problema, segundo eles, é que os termos do acordo de princípios acertado em julho entre o Brasil e os bancos credores prevêem a troca de títulos de dívida por pa-

péis com lastro no desempenho fiscal do País.

Esses novos papéis prevêem pagamento de juros semestrais. Para arrumar esse dinheiro, o Governo brasileiro deve trabalhar sem déficit. De acordo com as contas de Malan, o Brasil precisa fabricar por ano um superávit fiscal de 3 por cento do PIB, ou cerca de 12 bilhões de dólares por ano. Uma irrerealidade, levando-se em conta a situação fiscal atual do Tesouro. Seria preciso, portanto, o Governo conseguir aprovar a reforma fiscal enviada para exame do Congresso ainda este ano. Mas o projeto está em estado de congelamento desde o início da crise política, lembraram os participantes do seminário. “Essa é a relação do acordo com a situação econômica interna. É preciso a geração de um superávit para o Brasil poder pagar os juros sem pressão inflacionária”, disse Malan.